

NOTÍCIAS



90º ENIC CONGREGOU AUTORIDADES E ESPECIALISTAS PARA DISCUTIR O FUTURO DO BRASIL E DA CONSTRUÇÃO CIVIL

AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA ALAVANCAR A INDÚSTRIA E O PAÍS, BEM COMO AS NOVAS TENDÊNCIAS DO SETOR, ESTIVERAM NA PAUTA DE PRODUTIVOS DEBATES NO EVENTO DA ÚLTIMA SEMANA, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE TEMER

Pedro Tavares/CBIC.



Solenidade de abertura do 90º Enic, com a presença do presidente da República, Michel Temer, do presidente da CBIC, José Carlos Martins, do governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, dentre outras autoridades.

“Inovar e crescer, construindo um país melhor”. O lema do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), realizado na capital catarinense na semana passada, de 16 a 18 de maio, norteou as inúmeras discussões nos painéis das comissões técnicas e fóruns, nas plenárias e nas conversas informais. Ao final de três dias intensos, os resultados do evento foram diversos: anúncios de interesse para o setor feitos pelo governo, lançamentos de portais e estudos, propagação de informações e conhecimento – os quais renderão muitos frutos ao longo dos próximos meses. O balanço é extremamente positivo, tendo o 90º Enic conseguido cumprir sua função de mostrar aos empresários a importância da inovação, com um olhar sobre o futuro do Brasil e dos negócios na construção.

Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC), o encontro reuniu cerca de 1.600 participantes no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira e em várias atividades por Florianópolis. “Foi um Enic maravilhoso, com muito conteúdo, *network*, discussões e, principalmente, pensando sobre como será a construção do futuro. A recepção dos catarinenses foi fantástica e o evento, mais do que tudo, mostrou uma união, uma competência do nosso setor, que está cada vez mais presente nos assuntos nacionais”, afirmou José Carlos Martins, presidente da CBIC.

SOLEINIDADE DE ABERTURA E ANÚNCIOS

O anúncio da contratação de 50 mil novas casas no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), ainda em 2018, foi o grande destaque da solenidade de abertura do 90º Enic, que contou com a presença de diversas autoridades políticas e mais de 1.200 empresários, dirigentes e profissionais do setor. “Nesse esforço de erguer um Brasil cada vez mais justo e próspero, a construção civil é uma aliada indispensável, até pelo fato de que gera muitos empregos”, ressaltou o presidente Michel Temer.

Carlos Martins comentou que a presença do presidente da República e sua equipe era mais um sinal da sensibilidade do governo perante o setor. “É uma demonstração da seriedade com que trata os temas associados a um segmento que busca caminhos para recuperar seu desempenho e resgatar seu papel como grande gerador de empregos, renda e dignidade para o cidadão”, disse.

Na ocasião, Temer também anunciou e assinou o decreto que cria a Estratégia Nacional para a Disseminação do *Building Information Modeling* (BIM) – uma política nacional que visa induzir a democratização do uso desse conjunto de processos construtivos em todas as obras e projetos realizados pelas diversas esferas do governo federal; e divulgou a publicação de editais de programa de apoio a concessões e parcerias público-privadas (PPPs) municipais.

José Carlos Martins aproveitou a ocasião para fazer um balanço positivo do governo e apontar os principais gargalos enfrentados pelo setor, como concentração bancária, insegurança jurídica e burocracia. No entanto, constatou que “o Brasil passa por uma revolução”.

Participaram ainda da solenidade de abertura cinco ministros de Estado – Helton Yomura (Trabalho), Marcos Jorge de Lima (Indústria, Comércio Exterior e Serviços), Alexandre Baldy (Cidades), Esteves Colnago (interino do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Vinicius Lummertz

(Turismo) –; o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira; o governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira; o prefeito de Florianópolis, Gean Marques Loureiro; os presidentes da Asicc-SC, Marco Aurélio Alberton; da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco José Côrte; e do Conselho Nacional do Sesi, João Henrique de Almeida Sousa; além do vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, Paulo Antunes.

PLENÁRIAS E PAINÉIS TÉCNICOS

As manhãs do 90º Enic abriram espaço para duas grandes plenárias. Na quinta-feira, com o tema “Inovação e tecnologia: O futuro da indústria da construção”, a primeira plenária apresentou a variedade de tendências tecnológicas que estão a mudar o mundo, destacando o bem-estar humano provocado por essas mudanças. No dia seguinte, a plenária abordou “O Brasil que queremos no futuro - A agenda estratégica para um crescimento sustentado”. Políticos defenderam que as mudanças que o Brasil precisa passar pelo Congresso Nacional, mas só serão construídas pela mobilização do setor empresarial, a partir de uma aproximação do processo político para influenciar e cobrar a definição de uma agenda estratégica.

Sustentabilidade, infraestrutura, mercado imobiliário, segurança e saúde do trabalho, *compliance* e responsabilidade social foram as temáticas nas comissões técnicas e fóruns, cujas programações contaram com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional) e do Serviço Social da Indústria (Sesi Nacional).

Dentre tantos debates e novidades, alguns destaques foram: a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) falou sobre as tendências imobiliárias e o futuro da Habitação no Brasil; a Comissão de Meio Ambiente (CMA) divulgou que as Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas de Água serão lançadas até outubro; a Comissão

Sérgio Lima/ CBIC



Temer anuncia a contratação de 50 mil novas casas no PMCMV e assina decreto de disseminação do BIM, durante o 90º Enic

de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) inaugurou o Portal CBIC de Normas Técnicas da Indústria da Construção; a Comissão de Infraestrutura (COP) entregou um projeto com medidas anticorrupção ao governo de Santa Catarina; a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) lançou o *hotsite* da CANPAT Construção; o Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) levou uma futurista para falar sobre a transformação da humanidade; o Fórum Nacional de Empresas Prestadoras de Serviços discutiu melhorias na modelagem dos contratos; e no Banco de Dados, foi lançada uma cartilha sobre encargos previdenciários e trabalhistas.

As apresentações dos palestrantes do 90º Enic estão disponíveis ao público [neste link](#) e alguns painéis, transmitidos ao vivo, já podem ser conferidos na íntegra na página oficial da [CBIC Brasil no Facebook](#). Por sua vez, no [Flickr da CBIC](#) constam todas as fotos do evento e, na [Agência de Notícias CBIC](#), a cobertura jornalística completa.

PROGRAMAÇÃO EXTRA E SOCIAL

Reuniões e visitas técnicas, ao longo da quarta-feira (16), compuseram a programação prévia à abertura oficial do Enic. O Conselho de Administração deu início às atividades pela manhã e, no período vespertino, o Conselho Jurídico discutiu acessibilidade nas incorporações imobiliárias, dentre outros temas. Igualmente se reuniram os integrantes do programa CBIC Jovem.

Pedro Tavares CBIC



Diversas autoridades, empresários e profissionais do setor participaram da solenidade de abertura do 90º Enic

O dia também incluiu uma visita ao novo Instituto de Cardiologia de Santa Catarina, que apresentou um caso prático de licitação em BIM, a primeira de projetos executivos feita pelo estado; e uma visita à Casa Eficiente, que é uma vitrine de tecnologia com uma série de sistemas e soluções integradas para a eficiência energética.

Para cada noite, a organização do 90º Enic preparou uma programação social, sempre no Centro de Eventos. No primeiro dia, após a solenidade de abertura, um coquetel foi servido aos presentes; uma edição exclusiva da Oktoberfest apresentou ao público a tradição catarinense na noite da quinta-feira; e a banda Fundo de Quintal foi responsável por animar a festa de encerramento, cuja cobertura completa pode ser lida na página 19.

Uma das novidades dessa edição do Enic foi a realização do 1º ExpoEnic, com estandes de empresas privadas, bancos, instituições de classe e do Sistema S. A feira contou com 29 expositores.

No próximo ano, a 91ª edição do evento terá o Rio de Janeiro como sede. “Finalizamos o Enic 2018 na Ilha da Magia e agora vamos com o Enic 2019 para a Cidade Maravilhosa, onde estaremos comemorando os 100 anos do Sinduscon-Rio e teremos, novamente, muitas palestras e novidades. Estamos preparando muitas surpresas”, adiantou o presidente da CBIC.

TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO IMOBILIÁRIO EXIGEM ATENÇÃO DOS EMPREENDEDORES

INCORPORADORES PRECISAM CONHECER AS TENDÊNCIAS, OS NOVOS PRODUTOS
TECNOLÓGICOS E HÁBITOS DE CONSUMO PARA ESTAR NA VANGUARDA DO SETOR

Rangel Amandio/ CBIC



A partir da esquerda: Celso Petrucci, Alexandre Lafer Frankel, Pauto Antunes e Ricardo Antunes Sessegolo, em painel "Incorporação imobiliária - Tendências e novos produtos" da CII/CBIC

A reinvenção do mercado imobiliário, com a finalidade de acompanhar as correntes mudanças, deve acontecer em diferentes esferas, assegura Alexandre Lafer Frankel, CEO da construtora Vitacon. O modelo de comercialização é considerado bem antiquado, pelo empreendedor, da forma como é realizado hoje; o *funding*, fundamental para o setor, precisa de outras fontes de recursos e de mecanismos mais rápidos e eficientes, com melhores taxas de juros e prazos; e, quanto ao produto, é preciso ouvir mais os clientes, seus desejos e dores, trabalhando de trás para frente – sabendo do que o consumidor precisa, primeiro, para depois entregar. “Temos que gerar mais tempo, mais eficiência e uma vida muito mais leve para nossos clientes”, traduz Frankel.

“Vejo cada vez menos sentido e menos na cultura das pessoas o ato de comprar um imóvel”, considera o empresário. Em sua visão, as pessoas vão passar a consumir,

a utilizar os imóveis, em diversos formatos. “Temos que pensar e criar soluções para que elas possam utilizar o bem, sem necessariamente comprá-lo. Essa é a próxima grande tendência”.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a qual incluiu a temática de tendências e novos produtos imobiliários – com o apoio do Senai Nacional – na programação do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), concorda com essa previsão: “Vai haver necessidade de, nos próximos tempos, os incorporadores e os agentes financeiros desenvolverem produtos para os *Millennials* [ou Geração Y], que têm uma cabeça completamente diferente e não veem a propriedade e a aquisição da casa própria como uma coisa fundamental para suas vidas, diferentemente das gerações passadas”.



PASI

PLANOS SEM QUALQUER TIPO DE CARÊNCIA.

SOLICITE UMA PROPOSTA

Central PASI - 4000-1989
contato@pasi.com.br - www.pasi.com.br

Instagram Facebook Twitter LinkedIn /seguroPASI

Garanta

MetLife

PASI, reconhecido pela CBIC como o Seguro de Vida Oficial da Indústria da Construção

Convênio **CBIC** Núcleo de Seguros

Produto segurado na SUSEP sob nº 15414.000330300981 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 3652-1 / CNPJ 02.150.968/0001-20. O seguro-vida passa na SUSEP sem ônus, por parte da Rubrica, reconhecimento, recomendação e sua comercialização.

Dentre outras grandes tendências do mercado, atualmente, Frankel lista: a mobilidade, devido ao desejo das pessoas de chegarem mais rápido aos seus destinos; o compartilhamento (desde uma sala de jantar até um carro), sendo imperativo que o mercado aprenda a trabalhar com economia compartilhada; a compactação dos imóveis, a partir do surgimento de famílias menores e do aumento de solteiros; e a tecnologia embarcada, ou seja, a aplicação da tecnologia para encontrar novas soluções dentro de um imóvel. “Há uma leitura muito clara de que isso vai acontecer rápido”, diz.

Rodrigo Bicalho, sócio do escritório Bicalho e Mollica Advogados, já tem acompanhado as discussões jurídicas em torno dos novos produtos imobiliários. Os de maior destaque são: o *coworking*, uma evolução dos espaços compartilhados de trabalho; o *coliving*, que é o compartilhamento da mesma unidade habitacional por mais de uma pessoa de famílias diferentes; a locação de espaços por plataformas digitais, como o Airbnb; a edificação de empreendimentos já preparados somente para locação e

para um público específico, como moradias estudantis ou para idosos; e a multipropriedade, que é uma propriedade compartilhada por diversos compradores que a utilizam em épocas diferentes.

PROPAGAÇÃO DAS TENDÊNCIAS

“Essas tendências serão replicadas em todos os lugares”, garante o dirigente da Vitacon. A empresa, famosa por lançar apartamentos de 10 m² e especialista em apartamentos compactos, de 30 a 40 m², está na vanguarda do setor. Frankel observa que cada cidade tem suas particularidades. “Mesmo em São Paulo, cada bairro é diferente um do outro, então depende do que aquela população local exige. Mas, independentemente do grau de intensidade, a mudança vai acontecer e, hoje, ela é globalizada”.

Esses novos produtos se espalharão por outros mercados, também acredita Bicalho. No caso do *coworking*, embora haja uma concentração em São Paulo, o advogado afirma que, certamente, em menor escala, teremos esse produto

Rangel Amandio/ CBIC



Palestra do CEO da construtora Vitacon, Alexandre Frankel

em outros centros empresariais, como Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. “Principalmente nas organizações menores, ou até pelo próprio empreendedorismo das pessoas que buscam desenvolver um negócio próprio, a aquisição ou o aluguel de uma sede física de escritório acabam sendo pouco versáteis e muito caros”, ressalta. A locação por plataforma digital igualmente já é observada em diversas áreas, especialmente no turismo; e a multipropriedade se desenvolve bastante em várias cidades do Brasil, como nas áreas turísticas de Caldas Novas, Gramado e no litoral do Nordeste.

MOVIMENTAÇÃO DO SETOR

“Nós não fizemos nada de errado, mas de alguma forma, perdemos”. Frankel recapitula a célebre frase do CEO da Nokia para demonstrar como a inércia, em um mercado em transformação, pode ser prejudicial. “O mercado precisa se reinventar, senão vai ficar antiquado, não vai mais atender ao que o cliente quer. Não temos opção. Se não mudarmos, seremos mudados de alguma forma”, decreta o empresário. Para não se perder em meio a tantas mudanças, é necessário estar antenado às tendências, ao dinamismo da vida moderna, às novidades tecnológicas e aos presentes hábitos de consumo. “As pessoas buscam ser mais saudáveis e ter mais tempo, e a composição familiar está mudando. O mercado imobiliário precisa acompanhar e produzir imóveis adequados”, indica.

Uma parte dos empresários já está bem atenta a esses

Rangel Amandio/ CBIC



Ricardo Bicalho, do Bicalho e Mollica Advogados

novos produtos, mas parte ainda prefere trabalhar com seus produtos tradicionais, pondera Bicalho: “Diria que não é uma unanimidade, até porque a existência desses produtos novos de forma alguma vai fazer com que os produtos tradicionais acabem. Uma família tradicional, com dois ou três filhos, não vai morar em um *coliving*. O escritório de uma empresa que tenha um número grande de funcionários dificilmente será em um ambiente de *coworking*. Então a demanda por um produto tradicional vai continuar ocorrendo. Esses recentes produtos apenas buscam trazer um novo tipo de visão, principalmente do jovem empreendedor”.

Quem acaba sendo precursor nesses novos produtos tem a grande vantagem de sair na frente, segundo o advogado, absorvendo primeiro o novo mercado e ganhando uma marca. Por outro lado, essa empresa é a primeira a enfrentar os problemas e conflitos do desbravamento.

Entretanto, caso os incorporadores imobiliários queiram agregar diferenciais às suas empresas e aos seus produtos, explica Celso Petrucci, terão que abrir suas mentes para inovações tecnológicas e de informação, análise de inteligência de mercado com *big data* e uma série de coisas que, hoje, ainda não são utilizadas no desenvolvimento de produtos e ações de *marketing*. “Estamos entrando em uma fase de mercado em que é muito importante que os incorporadores mantenham suas empresas atualizadas com tudo o que está acontecendo para não ficarem para trás em relação à concorrência”, alerta o presidente da CII/CBIC.

CBIC JOVEM É APRESENTADO À UNIVERSIDADE

A AÇÃO PRETENDE APROXIMAR OS JOVENS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO
PARA QUE POSSAM PARTICIPAR DE FORMA ATIVA DOS SINDICATOS

Adriano Derbotoli/CBIC



Os empresários do CBIC Jovem durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção, em Florianópolis.

Jovens empresários, integrantes do CBIC Jovem, aproveitaram o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), realizado em Florianópolis, de 16 a 18 de maio, para apresentar o programa de formação de lideranças a estudantes de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina. Numa reunião no campus na noite do dia 17, eles conversaram com os estudantes sobre suas experiências na profissão e outros assuntos, como a aproximação da academia com a indústria e a importância das entidades representativas do setor. Os estudantes receberam coletâneas de publicações técnicas da CBIC e convites para participar do último dia do 90º Enic.

A iniciativa faz parte do projeto Desenvolvimento de Lideranças do Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Fasc-CBIC),

com correalização do Serviço Social da Indústria (Sesi Nacional), que visa fortalecer os vínculos da academia com a indústria, contribuindo para melhorar o conhecimento dos futuros profissionais e estimular a inovação no setor.

Segundo Ana Cláudia Gomes, presidente do Fasc, o objetivo é que os futuros profissionais saiam da universidade sabendo da importância dos sindicatos e entidades representativas na superação das dificuldades e desafios do setor de construção. Ela informou aos estudantes que 85 entidades estão associadas à CBIC, que trabalha pelo setor e pelo desenvolvimento do País.

“Queremos aproximar esses jovens para que possam participar de forma ativa dos sindicatos. É uma ação de aproximação e de fortalecimento desses jovens”, explica Ana Cláudia. Assim, os novos profissionais podem sair

Adriano Derbotoli/CBIC



O consultor do projeto CBIC Jovem, Ayrton Ferreira.

da universidade sabendo um pouco mais do que vão enfrentar no mercado de trabalho. O engenheiro precisa de muitas habilidades, pois tem que lidar com pessoas, com contabilidade, com finanças, com a burocracia estatal, além da parte técnica da obra.

Nem todos esses conhecimentos são adquiridos na escola. A iniciativa do CBIC Jovem contribui para suprir essa deficiência. No Rio Grande do Sul e Alagoas, os sindicatos elaboraram uma lista de temas de interesse do setor que podem ser usadas nos trabalhos de conclusão de curso (TCC), permitindo ao estudante dedicar-se a uma monografia que contribua para sua formação profissional e pessoal. Goiás e Ceará também desenvolvem ações com os estudantes.

O CBIC Jovem trabalha na capacitação de jovens empresários para que, no futuro, eles estejam preparados para assumir e conduzir o setor de construção. São 20 jovens de todas as regiões do País, indicados pelos respectivos sindicatos da indústria da construção (Sinduscon). Eles já passaram por dois ciclos de formação.

“Estão finalizando o escopo de atuação, definindo uma missão. Já fizeram uma análise, já montaram até um planejamento estratégico dessa comissão e, agora, eles vivem o momento de conhecer mais profundamente a própria CBIC, os sindicatos e os desafios da indústria”, diz Ana Cláudia. No 90º Enic, o grupo participou das reuniões das comissões para aprofundar seus conhecimentos.

Adriano Derbotoli/CBIC



Ana Cláudia Gomes, presidente do Fasc, entre os jovens empresários do setor da construção.

É um programa de formação continuada, com vários módulos, explica Ayrton Ferreira, consultor do programa. Em outubro do ano passado, os jovens, reunidos em Brasília, conheceram um pouco das ações desenvolvidas pela CBIC em prol do setor e ouviram do presidente José Carlos Martins um chamado para que o setor seja protagonista no atual cenário de grandes mudanças de paradigmas. No mês de fevereiro deste ano, passaram por mais dois dias de treinamento em São Paulo.

O novo líder deve estar atento às inovações e ter sensibilidade para as demandas e desafios do setor, e grande capacidade de entrega, de contribuir voluntariamente. “E também precisa estar bem alinhado com o novo ambiente de negócios, que leva em conta não só a empresa, mas também a questão de ética, de *compliance*, de compromisso, de uma visão mais ampla de acordo com novo ambiente de negócio”, define Ayrton Ferreira. Para ele, os novos líderes empresariais não podem mais pensar apenas no negócio da empresa, sem incluir a responsabilidade social em seus planos.

Outra questão importante, segundo ele, é enxergar a empresa como parte de uma cadeia produtiva, e não como uma peça isolada. O trabalho com a cadeia produtiva, conjugando esforços e sinergia, é essencial para melhorar a produtividade do setor e aumentar ganhos com inovação e tecnologia. Ana Cláudia acrescenta que o desafio é trabalhar a cadeia produtiva como um todo, envolvendo fornecedores, empreiteiras e outros atores da indústria da construção.

NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA REGISTRA QUEDA DO AJUIZAMENTO DE AÇÕES

*IMPACTOS POSITIVOS JÁ SÃO PERCEBIDOS NOS PRIMEIROS MESES DE VIGÊNCIA DA LEI,
QUE AINDA PASSA POR UM PERÍODO DE MATURAÇÃO DAS SUAS REGRAS*

Adriano Derbotoli/CBIC



Da esquerda para a direita: Érico Furtado Filho, Felipe Boaventura, Fernando Guedes Ferreira Filho, Dr. Leone Pereira e José Carlos Gama

Com seis meses de vigência, ainda não dá para afirmar que há um entendimento majoritário sobre a nova legislação trabalhista (Lei 13.467/2017). A lei é polêmica e passa por um momento de maturação das suas regras, o que requer constantes reflexões e estudos sobre as novas decisões. Na semana passada, por exemplo, o Ministério do Trabalho determinou que a modernização trabalhista vale para todos os contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive os firmados antes da vigência da lei, o mesmo fixado pela Medida Provisória 808/2017 – criada para ajustar pontos da reforma trabalhista, mas que prescreveu sem ter sido votada pelo Congresso Nacional. Em sentido contrário, no entanto, uma comissão de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concluiu que a lei não pode retroagir.

IMPACTOS POSITIVOS DA REFORMA

Apesar disso, o advogado, professor e consultor jurídico trabalhista, Leone Pereira, defende que já é possível medir os impactos positivos da reforma e aponta a queda no

ajuizamento de ações trabalhistas como um deles. Segundo ele, no primeiro trimestre de 2018 houve queda de 44,79% na quantidade de novos processos trabalhistas. De janeiro a março, foram ajuizadas, segundo o TST, 355.178 ações, contra 643.404 em igual período do ano passado. Também houve queda nos pedidos de ações, que passaram de 3,9 milhões, no primeiro trimestre de 2017, para 1,6 milhão nos três primeiros meses deste ano. Boa parte dessa redução ocorreu nos pedidos de danos morais.

A nova lei trabalhista também reduziu o tempo de duração dos processos e os valores pedidos nas ações. O número de queixas judiciais tem variado entre 50% e 70%, por Estado, da quantidade de ações abertas antes da reforma trabalhista. Levantamento do TST mostra que, nos dois primeiros meses deste ano, os três assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho foram aviso prévio, com 57.697 processos; multa de 40% do FGTS, com 47.080, e multa do artigo 477 da CLT, pelo atraso no pagamento de verbas rescisórias, com 46.010 processos.

Adriano Derbotoli/CBIC



O presidente da CPRT, Fernando Guedes.

“A partir do momento em que a advocacia trabalhista fica um pouco menos contenciosa, abre-se espaço para o Direito Preventivo e o Direito Consultivo e essa parte da negociação ganha uma importância maior. É um desafio a questão da contribuição sindical obrigatória, mas acho que é possível retomar o número de negociações coletivas”, destaca Leone Pereira, que participou como palestrante no último dia 17 de maio do concorrido painel “Atualizações Trabalhistas. Os primeiros meses de vigência da Modernização Trabalhista. O novo papel das Negociações Coletivas nas Relações de Trabalho”, realizado pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em conjunto com o Conselho jurídico (Conjur) da entidade e com a correalização do Sesi Nacional, onde os participantes tiveram a oportunidade de conhecer e debater um tema tão presente no dia a dia das empresas e de grande relevância e impacto para o setor da construção.

NÚMERO DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS EM QUEDA

Levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que, nos dois primeiros meses deste ano, foram fechados 1.841 acordos coletivos e convenções coletivas, o que representa uma queda de 46,9% na comparação com igual período anterior, quando foram registradas 3.468 negociações.

Segundo o especialista Leone Pereira, é natural que a contribuição sindical seja vista como um entrave, mas defende que a ocasião é ideal para quebrar paradigmas e repensar o modelo e a estrutura sindical. “No Brasil, há mais de 17 mil sindicatos. Desses, mais de três mil nunca fizeram uma negociação coletiva”, destaca.

O presidente da CPRT/CBIC, Fernando Guedes, ressalta que

esse número já demonstra um completo desvio de função desses sindicatos e a certeza de que o ajuste precisava ser feito. “O setor empresarial defende a facultatividade da contribuição sindical e a CBIC está trabalhando para que as entidades afiliadas possam cada vez mais exercer sua representatividade perante as empresas de construção”, enfatiza.

CONSTITUCIONALIDADE X INCONSTITUCIONALIDADE

Sobre questionamentos à lei, até o momento, de acordo com Leone Pereira, foram ajuizadas 20 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo 15 relacionadas à contribuição sindical.

“Superada a fase de discussão se a reforma trabalhista foi açodada ou não é hora de concentrar todas as energias no sentido de utilizar com mais ênfase as ferramentas que são disponibilizadas pela própria lei trabalhista, como a questão da prevalência do negociado sobre o legislado”, defende o especialista trabalhista. A reforma era necessária para tornar a relação trabalhador e empregador mais moderna à luz da sociedade atual. “A timidez envolve falta de conhecimento e talvez tenhamos problemas mais sérios no âmbito processual. Acho que dificilmente o Supremo vai derrubar essas ferramentas de flexibilização”, diz, completando que há grandes ferramentas da reforma que têm aplicações práticas para tentar adequar o empreendedorismo à proteção trabalhista.

“A grande responsabilidade que temos, como dirigentes sindicais e advogados trabalhistas, é de fazer fluir e usar da melhor maneira possível essa norma que em muito poderá contribuir para a evolução e a pacificação das relações de trabalho”, menciona Felipe Boaventura, advogado do Sinduscon-MG.

“Vejo um novo marco com a reforma. A partir de agora, seremos mais demandados pelas empresas para negociar os acordos”, acredita o vice-presidente do Sinduscon-PE, Érico Furtado, que também participou do painel.

“A reforma trabalhista traz várias circunstâncias que geram segurança jurídica para as partes, com responsabilidade e sem abuso. Dois pontos que precisam ser incentivados tanto por empregadores quanto por trabalhadores são o fortalecimento da negociação coletiva e a aplicação das regras processuais trabalhistas”, diz Fernando Guedes.

Promovido pela CBIC, o 90º Enic foi realizado de 16 a 18 de maio, na capital catarinense, pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC).

EMPRESAS ESPERAM PROTEÇÃO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO CONTRA RISCOS NÃO GERENCIÁVEIS

ESTUDO SOBRE APRIMORAMENTO NA MATRIZ DE RISCOS FOI APRESENTADO DURANTE 90º ENIC

Fabrizio Almeida/CBIC



No painel Segurança Jurídica, Pilar para o Desenvolvimento da Infraestrutura: Claudio Frischtack, José Eugenio Gizzi, Fernando Vernalha e o presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

O mercado tem a expectativa de que novos contratos de concessão de serviços públicos tragam mudanças no tocante à proteção contra riscos como o de crises econômicas, do ponto de vista do concessionário. Se o governo não tiver essa sensibilidade, futuros leilões estarão ameaçados de repetir insucessos de rodadas recentes, acredita Fernando Vernalha, da VGP Advogados.

“A ideia é que o governo possa dividir, com o concessionário, prejuízos surgidos ao longo da vida das concessões”, afirma. “Faz sentido que um contrato de longo prazo, como de infraestrutura, tenha mais flexibilidade, seja mais sensível do que um de curto prazo”, diz o especialista. Ele defende ainda uma “interpretação menos ortodoxa” dos órgãos reguladores, de forma que possam acatar aditivos em contratos atingidos por “casos fortuitos e de força maior”. Cita como exemplo impactos negativos em concessões rodoviárias e em aeroportos, por conta de redução de demanda causada pela crise macroeconômica de 2014.

Por tudo isso, a matriz de riscos é um dos elementos cruciais na discussão atual sobre a insegurança jurídica nos projetos

de infraestrutura, diz Vernalha, participante em dois eventos do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic).

Ele apresentou um estudo sobre a necessidade de aprimoramento da matriz de riscos em concessões rodoviárias em painel promovido pela Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, em correalização com o Senai Nacional.

“A matriz de riscos é o cerne dos contratos de serviços públicos de longo prazo, firmados entre o governo e as concessionárias, em que há a alocação de cada risco que pode interferir na execução do contrato. Identifica, mapeia e aloca cada um desses riscos à responsabilidade de cada parte”, explica.

A ausência de uma matriz de riscos bem feita, “gera insegurança”. Se for “muito vaga, muito genérica”, provocará dúvidas e embates à frente, pela alocação de modo equivocado. “Os investidores não têm como precificar esses riscos. De forma que uma matriz com riscos ocultos encarece as propostas, pois os parâmetros ficam obscuros, gerando divergência de interpretação”, diz.

Fabrizio Almeida/CBIC



O advogado Fernando Vernalha (direita), ao lado do empresário Eugênio Gizzi.

Outro problema é a “distorção” que essa falta de especificidade acarreta no processo licitatório, pois as empresas podem apostar “na capacidade de uma renegociação futura mais vantajosa”, continua. Um segundo aspecto relaciona-se com “a alocação da responsabilidade sobre o risco”. As concessões devem partir da premissa de que o risco deve ser sempre alocado à parte que consegue administrá-lo, a custos menores. O que vai gerar um contrato mais econômico.

“Sempre que um contrato de concessão transfere riscos para o concessionário, ele torna o projeto mais oneroso e inviável”, exemplifica. O projeto que tem riscos excessivos, ou uma matriz genérica, também encontra dificuldade de financiamento.

“Portanto, não é uma boa técnica transferir à parte privada, riscos em relação aos quais ela não tem como administrar bem”, diz o advogado de Curitiba. Assim, criou-se o consenso de que o concessionário só absorverá riscos para os quais haja seguro no mercado. Enquanto aqueles “não gerenciáveis” ficam com a administração pública.

Tais dificuldades prevaleciam no primeiro ciclo de concessões da década de 1990, com regras sobre riscos “vagas e mal elaboradas”. Melhorou com o marco legal das parcerias público-privadas (PPPs), “mas ainda não atingimos níveis satisfatórios”, critica Vernalha.

“Percebemos, atualmente, uma crise muito séria”, que atinge contratos de concessões nas áreas de rodovias e aeroportos, afirma ele. “Crise que resulta de uma alocação que transferiu todo o risco de demanda para as concessionárias”. No cenário de fundo à época das licitações, “havia uma expectativa muito otimista sobre o aumento do consumo de transportes, que não se confirmou”.

O que não estava no horizonte do governo ou dos investidores era a crise econômica de 2014, que desencadeou a recessão. “Isso impactou muito fortemente as concessões de transportes, pois a crise frustrou, em média, mais de 40% da demanda estimada nesses contratos”, disse o especialista.

“Muitas concessões ficaram inviáveis, em função da crise, pois todo o risco de demanda estava alocado aos concessionários”. E o governo não quer ser responsabilizado, porque o risco está com o setor privado.

“O que a gente percebe é que essa alocação de riscos foi equivocada, não foi uma boa escolha. Porque a economia brasileira tem suas instabilidades. Então, faz sentido, que o risco de demanda seja, ao menos, compartilhado com o poder concedente”, defende.

“Da mesma forma que se pode compartilhar riscos com benefícios. Se o Brasil estivesse com uma demanda muito superior ao esperado, com o risco compartilhado, o excedente poderia ser repassado ao consumidor”, na forma de redução de tarifas de pedágio, exemplifica o advogado. “Em minha avaliação, como especialista que há muitos anos acompanha projetos de infraestrutura, olhando pelo retrovisor, diria que foi uma escolha infeliz”.

Às concessionárias também foi transferido o risco de casos fortuitos de força maior. Por isso, as concessionárias atingidas por problemas de caixa pela crise não estão conseguindo que o governo aceite aditar os contratos.

“O problema é que o governo não reconhece a crise macroeconômica como evento de caso fortuito de força maior. Entende que o risco é previsível, faz parte da economia, portanto não está reequilibrando os contratos”, conta o advogado.

Assim, vive-se no momento muita disputa, litígios em cima da discussão da responsabilidade sobre os riscos. “Isso revela que as matrizes de riscos não foram assertivas, que poderiam ter sido mais específicas”, avalia. Mas ele pondera que não se consegue ter uma matriz de riscos que consiga mapear todos os problemas de riscos em um contrato de longo prazo, com é o caso das concessões na área de infraestrutura. “Isso não é realista”, afirma.

Mas é possível aprimorar, “embora uma matriz de riscos será sempre incompleta”. Ele chama a atenção para lacunas, como o risco cambial. Também defende maior controle sobre o comportamento da matriz de riscos ao longo do tempo, como faz o Reino Unido.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO REGISTRA PIOR DESEMPENHO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

BANCO DE DADOS DA CBIC AVALIA CONJUNTURA ECONÔMICA E DESEMPENHO DO SETOR DURANTE 90º ENIC

Sérgio Lima/CBIC



Os economistas do Banco de Dados da CBIC, Daniel Furletti e Ieda Vasconcelos

O setor da construção civil foi um dos segmentos com o pior desempenho nos últimos quatro anos. Essa afirmativa foi apontada pelo economista do Sinduscon/MG e coordenador do Banco de Dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Daniel Furletti, durante o painel “Conjuntura Econômica Nacional e Construção Civil – Desempenho e Perspectivas”, debatido no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que aconteceu em Florianópolis/SC, entre os dias 16 e 18 de maio.

De acordo com Furletti, entre 2014 e 2017 a economia nacional sofreu uma queda, ocasionando perda em vários setores. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma retração de 5,5%; enquanto a Indústria em geral registrou queda de 10,9%, Serviços -4% e a Construção Civil -20,1%.

O economista atribuiu esse baixo desempenho no período à redução dos investimentos. “Houve um impacto muito grande nos investimentos e esse cenário acabou por penalizar mais a construção civil que responde por mais de 50% dos investimentos no País.”, destacou.

Mas o coordenador vê com otimismo a conjuntura atual e arriscou dizer que o setor está vivendo uma melhora, ainda que tênue. Alguns indicadores sinalizam uma melhora das atividades da construção civil nos primeiros meses de 2018: A produção de insumos típicos do setor nos primeiros três meses do ano registrou incremento de 1% em relação a iguais meses do ano passado. Além disso, houve um incremento no faturamento da indústria de materiais de construção de 2,1% também no primeiro trimestre do ano e a construção civil registrou um saldo positivo de 19.108 vagas com carteira assinada nos pri-

Sérgio Lima/CBIC



Daniel Furletti, economista

meios três meses de 2018.

Para Furletti, a perspectiva de crescimento do setor da Construção Civil em 2018 é de 2%. Entretanto, destacou a importância do investimento em infraestrutura, especialmente em projetos de concessões e parcerias público-privadas, do restabelecimento do crédito, com estímulo aos financiamentos imobiliários e a melhoria do ambiente de negócios com iniciativas voltadas para a segurança jurídica e desburocratização. O economista destacou que o setor tem uma cadeia produtiva extensa e ela causa um impacto econômico grande, ao gerar renda, empregos e tributos por toda a economia. “Espera-se que o setor seja cada vez mais reconhecido como um segmento estratégico e importante do ponto de vista socioeconômico”, salientou.

A assessora econômica do Sinduscon/MG e economista do Banco de Dados, Ieda Vasconcelos, que também foi uma das apresentadoras do painel, reforçou a tese de que o setor precisa de investimentos, principalmente depois de amargar uma queda acentuada nos últimos quatro anos. “Para que o segmento volte a ser a âncora do crescimento da economia nacional, é necessário o retorno dos investimentos”, frisou.

Para Vasconcelos, é a construção civil que promove as bases do crescimento sustentável da economia. Na sua visão, o setor tem forte influência na economia, quando gera emprego, renda e tributos e também tem influên-

cia na base social, quando trabalha para a redução do déficit habitacional, por exemplo.

A assessora comentou sobre o ano eleitoral e disse que apesar das incertezas políticas, espera do novo governo uma agenda positiva com vistas para o futuro do desenvolvimento econômico e social do país. Entre as reformas que precisam ser feitas, a economista destacou a da Previdência. “As reformas são de extrema relevância para um setor estratégico, como é o caso da construção civil, pois elas vão contribuir para o processo de crescimento e desenvolvimento do país”, concluiu.

VISÃO MACROECONÔMICA

Outro ponto levantado por Daniel Furletti ao longo do painel foi a situação macroeconômica do país. Segundo o coordenador, os parâmetros atuais estão bem melhores, do que de outros anos atrás. A inflação brasileira está muito mais civilizada e a previsão do Boletim Focos é que devemos encerrar 2018 com 3,5% de aumento no IPCA/IBGE (indicador oficial da inflação no País). O PIB poderá fechar o ano de 2018 com um crescimento de 2,50%. Os juros, que rodavam na economia a 14% ao ano, hoje estão na casa dos 6,5%, podendo ainda cair pra 6,25 durante o ano. Diante desse cenário, Furletti visualiza que a construção civil tem tudo para consolidar seu crescimento e iniciar o processo de recuperação de suas atividades. Além disso, ele também destaca outro dado positivo para o segmento: a regulamentação pelo Banco Central das Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), uma nova fonte de financiamento que pode ser utilizada pela Construção Civil.

Promovido pela CBIC e realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (ASICC-SC), o Enic é o principal evento do calendário anual do setor e mobiliza palestrantes nacionais e internacionais, entre os mais respeitados atores nos diversos temas da indústria da construção.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL É PAUTA DA PROGRAMAÇÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CBIC

“A APROVAÇÃO DO PL 3.729/2004 E O JULGAMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL PELO STF SÃO ESSENCIAIS PARA QUE AS REGRAS FIQUEM CLARAS E OS NEGÓCIOS JURIDICAMENTE SEGUROS”, DIZ PRESIDENTE DA CMA/CBIC, NILSON SARTI.

Elis Pereira/CBIC



Legislação Ambiental e Gestão Urbana. Alessandro Panasolo, Alexandre Waltrick Rates, Nilson Sarti, Gabriela Giacomolli e André Moreira Fraga

A insegurança jurídica na área ambiental, que permeia os investimentos na construção no Brasil, chega a um momento decisivo, por conta das discussões que envolvem o Projeto de Lei 3.729/2004, conhecido como Lei Geral do Licenciamento Ambiental. A matéria, que tramita há 13 anos, reúne 22 substitutivos e objetiva estabelecer diretrizes em torno da temática.

O licenciamento ambiental permeia toda a construção que afeta de alguma forma o meio ambiente. O instrumento legal pode ser municipal, estadual ou federal, dependendo da localização e abrangência do impacto. A norma legal foi instituída principalmente pela Resolução nº 237 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O objetivo do licenciamento ambiental é avaliar os impactos que serão causados por um determinado empreendimento como a capacidade de gerar líquidos poluentes, resíduos sólidos e emissões

atmosféricas, além de poluição sonora e impacto na fauna e flora, para citar alguns exemplos. O problema, entre outros, é que atualmente exige-se estudos de impactos ambientais complexos mesmo para obras mais simples, inviabilizando centenas de empreendimentos por todo o Brasil.

“Uma usina nuclear não pode ter o mesmo processo de licenciamento que um posto de gasolina”, defende o presidente do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Alexandre Waltrick Rates. Em 2017, o IMA tornou-se uma autarquia regional. Desde então, o órgão começou a trabalhar a gestão pública ambiental como um todo e tirou o foco exclusivo do licenciamento. O conselho estadual de meio ambiente do estado aprovou o fim do licenciamento para construções que tenham saneamento implementado e plano diretor atualizado que segue o estatuto das cidades.

Elis Pereira/CBIC

Gabriela Giacomolli, advogada

“Não vamos nos descuidar do meio ambiente, mas estamos investindo em tecnologias e procedimentos mais eficientes para encurtar prazos”, explica o secretário. Waltrick tem certeza de que as novas regras estaduais vão acelerar os cerca de 4.440 pedidos de licenciamento ambiental para obras no estado.

O desafio que existe em torno do licenciamento sempre fez uma cortina de fumaça em um grande problema: a falta de fiscalização. É o que acredita Gabriela Giacomolli, advogada especialista no tema: “Os estados não têm condições de fiscalizar”. Waltrick concorda: “Muito licenciamento. Pouca fiscalização”.

Segundo Gabriela, o texto que será votado não está perfeito, mas traz avanços consideráveis como a unificação das etapas do licenciamento para alguns casos específicos, o que deve beneficiar o setor. Atualmente o processo é composto por licença prévia, de instalação e operação. Outro ponto que evoluiu na discussão foi a influência de alguns órgãos intervenientes do processo de licenciamento como a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Palmares. Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC, Nilson Sarti, o processo de licenciamento ambiental deve ser mais ágil e incentivar o desenvolvimento sustentável com segurança jurídica.

Outra boa notícia é que o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a conclusão em torno da aplicação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e considerou

Elis Pereira/CBIC

Alexandre Waltrick Rates- Presidente do IMA Santa Catarina

constitucionais 32 dos 40 dispositivos impugnados por quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade e por uma Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Dois pontos impactam diretamente o setor da construção civil: a necessidade de incluir o entorno de nascentes e olhos d'água intermitentes nas Áreas de Proteção Permanente (APP) e as intervenções em APP por interesse público. Os ministros entenderam que uma nascente, seja intermitente, seja perene, sempre produzirá um curso d'água e a vegetação em torno deve ser protegida. Essa mudança impactará diretamente na análise dos aspectos ambientais dos projetos, em especial aqueles que já foram elaborados e estão em fase de execução. As intervenções por interesse público, por sua vez, ficam condicionadas à demonstração de inexistência de alternativas técnicas para os problemas.

Apesar do avanço trazido pela decisão do STF, as Áreas de Proteção Permanentes urbanas receberam o mesmo tratamento das APPs rurais e esse problema precisa ser resolvido. “A aprovação do PL 3.729/2004 e o julgamento do Código Florestal pelo STF são essenciais para que as regras fiquem claras e os negócios juridicamente seguros. Estamos otimistas que a legislação poderá avançar. Mas precisamos avançar ainda mais”, acredita Sarti.

Essas questões e outras são acompanhadas pela CMA/CBIC por meio do projeto “Proposições de legislações e políticas públicas ambientais”, que conta com a correalização do Senai Nacional.

ESTUDO TÉCNICO IDENTIFICA CONTRIBUIÇÕES PARA A REVISÃO DA NORMA DE DESEMPENHO DE EDIFICAÇÕES

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES LEVANTADAS FORAM APRESENTADAS NO 90º ENIC. MEDIDA SE TORNOU NÃO SÓ UM DIVISOR DE ÁGUAS PARA O CONTROLE DA QUALIDADE DO ESPAÇO CONSTRUÍDO, MAS TAMBÉM UMA MUDANÇA CULTURAL NO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Rafaela Martins/CBIC



Da esquerda para a direita: Roberto Matozinhos, Dionyzio Klavdianos, Carlos Santos Amorim Junior, Paulo Sanchez e Evandro Veiga.

Após cinco anos da publicação, a Norma de Desempenho de Edificações (ABNT NBR 15575) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) se aproxima do momento da revisão. Essa foi a norma que certamente mais impactou o setor nos últimos anos, na medida em que a mesma consolidou os requisitos mínimos de segurança, conforto e sustentabilidade aplicáveis em habitações residenciais, ocasionando um foco na qualidade do produto edificação e introduzindo uma visão de sistemas e intensificando o foco no usuário.

Como em qualquer normativa, especialmente dessa complexidade, existem sempre oportunidades e necessidades de revisão e ajuste. A aplicação prática da norma em empreendimentos residenciais de todos os segmentos de mercado se tornou não só um divisor de águas para

o controle da qualidade do espaço construído, mas também uma mudança cultural no mercado da construção civil.

Após 5 anos, todo o setor entende muito melhor a norma e seus conteúdos, assim como a prática de utilização da mesma fez com que se percebessem demandas e possibilidades de melhoria. Mas efetuar ajustes numa norma tão importante demanda uma adequada preparação. Buscando contribuir nesse sentido, para que uma eventual revisão ocorra de forma expedita e eficaz, um estudo técnico preparatório foi realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em parceria com o SENAI Nacional, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e o Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP).

Rafaela Martins/CBIC

Dionysio Klavdianos, presidente da Comat/CBIC.

O levantamento das demandas e necessidades de ajustes e alterações foi efetuado com participação de todos os atores da cadeia da construção, e contou com o apoio e a contribuição de profissionais especialistas em cada uma das dimensões de desempenho elencadas como prioritárias: segurança contra incêndio, conforto térmico e conforto acústico. A preparação desse estudo se iniciou em fevereiro, sob coordenação da Engenheira Maria Angélica Covelo Silva, que organizou encontros nos quais se levantaram, discutiram e consensuaram pontos que podem ser melhorados em alguns requisitos e critérios das seis partes do documento. Além disso, um encontro sobre aspectos relacionados à durabilidade e vida útil foi organizado pela Escola Politécnica da USP, com apoio da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC e outras instituições interessadas.

O resultado foi apresentado por Maria Angélica, diretora da NGI Consultoria e Desenvolvimento e coordenadora do estudo, no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) realizado entre os dias 16 e 18 de maio em Florianópolis (SC). Durante a palestra, a engenheira mostrou um resumo das discussões e apontou as sugestões mais importantes. Segundo a consultora, os princípios da revisão proposta são: a correção de situações que tecnicamente não estão corretas; a melhoria da precisão do texto para situações em que a norma gera interpretações diferentes; a atualização das normas citadas, muitas normas canceladas e substituídas e

Rafaela Martins/CBIC

Maria Angélica, consultora da CBIC.

normas novas; a harmonização com outras normas e com outros regulamentos e legislação, buscando retirar choques que trazem complexidade para a prática de projeto e construção; o planejamento da revisão de normas associadas; e situações onde não há normas e é preciso complementar.

Na ocasião, a CBIC entregou à ABNT representada por Carlos Santos Amorim Junior, ao diretor de Relações Externas, a solicitação de abertura da comissão de estudos de revisão da norma, e posteriormente, entregará o relatório técnico do estudo, a título de sugestão, para a condução dos trabalhos na referida comissão.

De forma geral, as sugestões se encaminham para dar melhor definição teórica e prática dos procedimentos de avaliação do desempenho, com foco no usuário, assegurando avaliações robustas e compatíveis com as melhores práticas de construção. Para o presidente da Comat/CBIC, Dionysio Antonio Martins Klavdianos, as discussões foram muito ricas e as alterações consolidadas podem prover uma valiosa e pragmática base para a revisão. O ajuste de conceitos, com esclarecimento de questões como a diferença de Vida Útil de Projeto e garantia, é fundamental e serão muito úteis para evitar interpretações indevidas. Segundo ele, “as mudanças inibirão a incidência de ações jurídicas movidas por má fé contra os construtores e garantirão maior clareza na elucidação de eventuais conflitos jurídicos”, defendeu.

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO 90º ENIC FESTEJA MISSÃO CUMPRIDA E TRABALHO EM CONJUNTO

ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO UNIU SETOR NA DISCUSSÃO DE TEMAS NACIONAIS

Fabício Almeida/CBIC



José Carlos Martins (presidente da CBIC) e Marco Alberton (Asicc-SC) na cerimônia de encerramento do 90º Enic

Justifica celebração, sim, a conquista do objetivo de juntar durante três dias cerca de 1.600 pessoas, das cinco regiões do País, gente empenhada em prol do mesmo objetivo, de fazer a construção civil avançar e, desse modo, tornar o Brasil melhor. E assim foi porque quem trabalha, conquista e merece comemorar. Numa noite chuvosa de sexta-feira de final de outono em Florianópolis (SC), participantes do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) se reuniram no Centro de Convenções Luiz Henrique da Silveira para um caloroso encerramento de evento.

A solenidade, movida pelo sentimento de missão cumprida, deu mostras de que o orgulho pelo

trabalho bem feito rende mais prazer quando uma equipe responde pelo resultado. Por isso, os discursos de encerramento do encontro tiveram em comum as citações, as homenagens. Um justo reconhecimento à dedicação de pessoas que desde antes do fim do evento anterior, o Enic de Brasília, já se empenhavam para que os painéis, palestras, visitas técnicas, plenárias e workshops atendessem a expectativa das pessoas de origens diferentes, mas com a mesma vontade.

“Foi um trabalho maravilhoso, que nos trouxe muita alegria”, discursou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. “Tudo o que fizemos aqui, esses momentos de

Elis Pereira/CBIC



Roberto Kauffmann (presidente do Sinduscon-Rio), José Carlos Martins (presidente da CBIC) e Marco Alberton (presidente da Asicc-SC)

alegria que vivemos, vão marcar nossas vidas.” E o fala seguiu, com citações de nomes e equipes, a fim de homenagear as pessoas que se dedicaram para que os dias 16, 17 e 18 de maio de 2018 fossem, de fato, transformadores. Inclusive os brasilienses, a maior comitiva que foi a Santa Catarina participar do 90º Enic, com 146 participantes, mereceram reconhecimento.

E também ficou evidente que a Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (ASICC-SC), instituição que tomou a frente da organização do encontro, levou a missão adiante com a ajuda de parceiros. No seu discurso, o presidente da ASICC-SC, Marco Aurélio Alberton, falou de trabalho em conjunto, que reuniu os times dos Sinduscons catarinenses. “Uma sintonia que rendeu um ganho enorme”, testemunhou. “O Enic mostrou uma união do nosso setor, que está cada vez mais presente na discussão dos assuntos nacionais”, completou Martins.

Na sequência da solenidade de encerramento, os discursos deram lugar ao som ritmado do cavaquinho, da cuica e do pandeiro. Mas sem dar fim às homenagens. Não por acaso, o samba autêntico, de raiz do Grupo Fundo de Quintal tomou conta do centro de convenções em Florianópolis. A escolha desse gênero

Fabrício Almeida/CBIC



Fundo de Quintal no encerramento do 90º Enic

musical para marcar a noite festiva do 90º Enic é uma referência à sede do próximo encontro, a Cidade Maravilhosa. Entre 15 e 19 de maio de 2019, com novos governantes e parlamentares já no exercício dos seus mandatos, a capital fluminense vai abrigar a 91ª edição do encontro.

“O ano que vem será muito importante e esperamos que todos estejam presentes no Rio de Janeiro, justamente quando o Sinduscon-Rio completará o seu centenário”, disse o presidente do sindicato, Roberto Kauffmann. Em 2019, um recém-construído complexo hoteleiro do Grupo Windsor na Barra da Tijuca, com centro de convenções anexo e quatro opções de padrão de acomodação, sediará o Enic. Isso garantirá aos participantes conforto e comodidade. “Faço desde já o convite a todos aqui presentes para comparecerem”, reforçou Kauffmann.

NÚMEROS DO 90º ENIC

- Participantes: 1.590
- Hotéis oficiais: 9
- Apartamentos ocupados: 540
- Expositores na 1ª ExpoEnic: 29
- Total de refeições: 1.804
- Trabalhadores na organização: 188

ESTUDO TÉCNICO REVELA O FUTURO DA HABITAÇÃO EM 10 ANOS

NOVAS TENDÊNCIAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DO MERCADO E MUDANÇAS NA
TECNOLOGIA REVOLUCIONARÃO A CONSTRUÇÃO CIVIL

Rafaela Martins/CBIC



O presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC, Dionyzio Antonio Martins Klavdianos.

A construção civil brasileira está prestes a viver uma revolução. Isso porque as tendências sócio demográficas emergentes, associadas às evoluções tecnológicas, têm potencial para renovar e transformar o mercado, trazendo a necessidade de novos produtos e de uma nova forma de atuar na construção civil. É o que revela o estudo técnico realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Nacional).

O projeto foi desenvolvido entre janeiro e maio de 2018, utilizando um método de trabalho no qual foi empregada a técnica *Foresight Toolkit Studio*, um conjunto de ferramentas desenvolvidas pelo *Institute for the Future* (ITFF) que ajuda a definir, a partir de possíveis futuros, as ações e estratégias necessárias para que um cenário desejado possa se configurar. A iniciativa integra o projeto Tendências e Melhorias de Gestão, Tecnologia e Inovação da CBIC.

De acordo com o documento, grandes mudanças es-

tão em curso e têm potencial para impactar o setor de construção de habitações. A mudança na demografia e a busca por sustentabilidade e melhor estilo de vida têm direcionado transformações no tipo e uso de habitações, com crescimento da demanda por habitações mais compactas, de múltiplos usos, que reduzam deslocamentos, racionalizem espaços, estimulem o compartilhamento e provenham serviços e soluções inteligentes para atender esses novos padrões de expectativa. A casa ativa é um conceito que aparece no radar dos sinais de futuro, impulsionada por mudanças no padrão de consumo e na cultura de posse do imóvel bem como pela demanda por soluções, produtos e serviços mais sustentáveis.

A tendência cada vez mais forte de práticas de *coliving* e *coworking* também terá impacto no segmento. Existem sinais de que a cultura de economia colaborativa está se espalhando pela sociedade e será cada vez mais pervasiva. O impacto dessa cultura na habitação pode ser visto numa crescente criação de ambientes de *coliving*, onde moradias privadas compartilham espaços comuns,

Rafaela Martins/CBIC



O professor associado do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fábio Queda Bueno da Silva.

promovendo interações sociais e colaborações no entorno da habitação. Essas mudanças estão em sintonia com o surgimento de novos bairros onde socialização e integração social alcançam patamares mais elevados, suportado pelas novas cidades inteligentes.

“O colapso dos modelos existentes de grandes condomínios e de uma setorialização urbana não adequada aos novos padrões de mobilidade e cultura de socialização são os principais direcionadores da mudança para novos contextos de moradia”, explica o presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC, Dionyzio Antonio Martins Klavdianos.

A modernização da indústria também impactará no setor de construção de habitações. Isso porque a indústria está passando por mudanças profundas na direção de maior industrialização, consistente com a produção de habitações mais sustentáveis e com menor uso de recursos e produção de rejeitos. Pressões regulatórias e do próprio mercado consumidor têm antecipado mudanças no setor para maior agilidade e produtividade nas construções. E essas mudanças formam o ponto de partida para um trabalho de pensamento de futuro para o setor de construção de habitações.

Para o diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon/PE), Serapião Bispo Ferreira Neto, o desafio da construção civil do futuro será inovar, buscando uma diferente proposta de valor. Segundo Neto, a falta de avanço nos últimos anos trouxe prejuízos inestimáveis ao setor. Ele acredita que, se o Brasil permanecer estagnado, perderá mercado para outros países. “A alta carga tributária, os juros elevados e a falta de incentivo no setor atrapalharam o Brasil a avançar na construção

Rafaela Martins/CBIC



O diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon/PE), Serapião Bispo Ferreira Neto

civil. Países como Alemanha, Chile e Espanha já estão evoluídos e contam com tecnologia de ponta. Além disso, a dificuldade de qualificação na construção civil piorou nos últimos 15 anos”, defendeu Neto.

CONSTRUTOR DO FUTURO

O futuro da habitação também envolve o construtor. Para o consultor em Pensamento de Futuro da CBIC e professor associado do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fábio Queda Bueno da Silva, o novo profissional deverá combinar tecnologias diferentes, além de compreender a revolução digital na área de materiais. “Será necessário um profissional multifuncional que atue com novas tecnologias e entenda a diversidade de equipamentos, materiais e novas técnicas que vão ocupar o canteiro de obras. Provavelmente será preciso atuar com impressão 3D, novos materiais de origem biológica que se auto regeneram e não têm necessidade de manutenção, e com uso de robótica na forma de drones e outros equipamentos, que devem ocupar lugar em operações de transporte e montagem”, detalhou Bueno da Silva.

A 90ª edição do Enic deixou claro que a inovação é um dos assuntos mais importantes para o futuro próximo do setor da construção, e que essa é uma agenda fundamental que tem que ser entendida e explorada visando gerar a perspectiva de um viver melhor, assim como para aumentar a eficiência e produtividade, de forma a enfrentar uma concorrência cada vez mais acirrada nos negócios, com menor margem de preços e clientes cada vez mais focados em qualidade e sustentabilidade.

Para ter acesso ao resultado completo do estudo [clique aqui](#).

CANPAT CONSTRUÇÃO DISSEMINA IMPORTÂNCIA DA CULTURA PREVENCIÓNISTA NO SETOR

NOVO CICLO DA CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES
NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO TERÁ INÍCIO NO SEGUNDO SEMESTRE DESTE ANO

Sérgio Lima/CBIC



Painel da CPRT/CBIC sobre a Campanha Nacional de Proteção de Acidentes na Indústria da Construção - CANPAT Construção: José de Almeida Martins (SIT/MTb), Antonio Salgueiro (Seconci Brasil), Renata Rezio (Sesi-DN) e Fernando Guedes (CPRT/CBIC).

“Ao contrário do que se pensam, a cultura prevencionista passa pela produtividade e a aplicação de normas de segurança e saúde no trabalho torna os cantos de obras mais produtivos e, consequentemente, mais lucrativos”, aponta o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhadoras (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes, ao encerrar o primeiro ciclo da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (CANPAT Construção 2017/2018) no último dia 17 de maio, durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis/SC. A campanha, que tem como propósito induzir ainda mais a redução na incidência de acidentes na indústria da construção e tornar o ambiente de trabalho cada vez mais produtivo e seguro, une a CPRT/CBIC aos principais atores de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) – Sesi, Serviços Sociais da Indústria da Construção (Seconcis) e Ministério do Trabalho, por meio

da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTb).

Todas as atividades desenvolvidas até o momento podem ser conferidas no [hotsite da Canpat Construção](#), lançado durante o painel “A importância da cultura prevencionista – A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção – CANPAT Construção”, realizado pela CPRT/CBIC, com a correalização do Sesi Nacional, no 90º Enic. “O novo ciclo (2018 – 2019) partirá para uma discussão mais técnica e mais específica sobre temas como choque elétrico, soterramento e queda em altura”, destaca Fernando Guedes.

DESEMPENHO TEM RELAÇÃO DIRETA COM SAÚDE E SEGURANÇA

“A temática da Segurança e Saúde no Trabalho tem que ser tratada como valor e não como prioridade. As priori-

Sérgio Lima/CBIC



Espaço de divulgação da CANPAT Construção no 90º Enic

dades mudam. Não basta ter o trabalhador para fazer o processo construtivo. É preciso ter o insumo necessário para ele fazer o serviço correto em um ambiente confortável e seguro”, defende a especialista do Sesi-DN, Renata Rezio. Segundo ela, estudos de relevância internacional demonstram a relação direta da segurança e saúde no trabalho com os desempenhos dos trabalhadores, uma vez que os acidentes e doenças ocupacionais impactam na ruptura do processo normal das atividades da indústria, independente da sua gravidade, ocasionando diminuição da produtividade do trabalho, seja pela ausência do trabalhador ou pelos custos associados ao seu afastamento.

BALANÇO DA CANPAT

Desencadeada em 2017, em Brasília, a CANPAT Construção está sendo disseminada por todo o País. Já foram realizados eventos de mobilização em Ribeirão Preto (SP), Belém (PA), Vitória (ES), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS), reunindo cerca de 700 empresários do setor da construção e profissionais da área de Segurança e Saúde no Trabalho, além de representantes do Ministério Público e de auditores fiscais, buscando avançar na conscientização de empresários e estimular o diálogo com integrantes do poder público.

“A CANPAT Construção é uma excelente oportunidade para discutir esse assunto com os principais atores do setor e demonstrar o que as entidades têm feito para encontrar a busca dessas soluções”, destaca Renata Rezio, reforçando que, num primeiro momento, foi mostrada a importância da temática, agora é a vez dos desdobramentos das ações.

O presidente do Seconci Brasil, Antonio Carlos Salgueiro, assinala que um dos grandes ganhos do Serviço Social da Indústria com a campanha é a divulgação das ações

do serviço e o engajamento do setor nas campanhas de prevenção de acidentes de trabalho e incentivo aos exames médico ocupacional.

O auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, José Almeida Martins de Jesus Junior, também considera importante a parceria, por considerar que um dos fatores responsáveis pelos acidentes de trabalho é o desconhecimento nas questões relacionadas à segurança e saúde no trabalho e à falta de disseminação de uma cultura em prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

“A CANPAT Construção se encaixa perfeitamente no movimento da Canpat do governo federal para sensibilizar a sociedade da importância de uma cultura de prevenção. Haja vista as consequências negativas de toda a sorte do País”, menciona o auditor José Almeida. Além disso, segundo ele, é possível movimentar esse importante setor, do ponto de vista da atividade econômica, que representa um percentual importante nos adoecimentos. “Como o problema precisa ser discutido pelo País, quanto mais discutir e jogar luz, melhor”, completa.

Um dos produtos da CANPAT Construção alinhados pela SIT/MTb com a CBIC será a criação de um fórum setorial permanente pós-norma de segurança e saúde junto ao governo federal e a criação de comitês técnicos, com participação tripartite, que podem resolver muitas questões.

Promovido pela CBIC e realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC), durante o painel da CPRT/CBIC, no 90º Enic, também foram lançados o Manual de Segurança e Saúde no Trabalho para Instalações Elétricas Temporárias na Indústria da Construção e disponibilizado o Guia Prático para Cálculo de Linha de Vida e Restrição para Indústria da Construção, que podem ser conferidos, [clikando aqui](#). Além dessas e outras publicações, que integram o Programa Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho para a Indústria da Construção (PNSST-IC), realizado em parceria entre Sesi e CBIC, o setor da construção também pode ter acesso à assessoria e consultoria na implementação de programas legais e gestão de SST. As iniciativas integram a plataforma digital Sesi Viva+, que permite às empresas e trabalhadores do setor o acesso a painéis de informações gerenciais e programas na área de SST e Promoção da Saúde. A iniciativa também integra a CANPAT Construção e visa apoiar o setor no desenvolvimento de ambientes seguros de trabalho para proteger a integridade do trabalhador, promover hábitos saudáveis e prevenir incapacidades para o trabalho.

DIRETRIZES EM TORNO DA CONSERVAÇÃO E USO DE FONTES ALTERNATIVAS EM EDIFICAÇÕES PODERÃO SER LANÇADAS EM OUTUBRO

ELABORAÇÃO DAS NORMAS CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Elisete Pereira/CBIC



Lilian Sarrouf, coordenadora técnica das Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas.

Maior potência hídrica do planeta, o Brasil tem enfrentado nos últimos anos escassez de água em várias regiões. Com o novo cenário, que pode se tornar uma realidade permanente, empreendimentos sustentáveis deixam de ser um diferencial e passam a ser regra. A nova realidade obriga o setor da construção civil a se adaptar e investir em construções que possuem gestão inteligente do consumo de água. Com previsão para os próximos 90 dias, a Associação Nacional de Normas Técnicas (ABNT) lançará as Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas em Edificações. O trabalho foi feito em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e apresentado aos participantes do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis, na última semana.

“As normas são cada dia mais necessárias porque têm surgido muitas leis obrigando os empreendedores a várias regras, que, muitas vezes, ao invés de ajudarem, atrapalham. É importante então que o setor tenha diretrizes de como fazer e, dessa forma, cada empreendi-

mento vai adotar a melhor solução”, explica Lilian Sarrouf, coordenadora técnica das Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas.

As ações para conservação de água otimizam o consumo, combatem o desperdício, reduzem o volume de efluentes e racionalizam custos operacionais e de manutenção. No entanto, na maioria das edificações no Brasil, a água potável é utilizada em quantidade superior à necessária e para a realização de quase todas as atividades. Por isso, entre as várias normas uma merece atenção: o uso de água potável deve ser apenas para fins nobres. Existem muitas demandas em um edifício que não precisam ser atendidas com água potável como irrigação paisagística, lavagem de pisos e veículos e sistemas de refrigeração à água.

Segundo Lilian, mesmo em um momento de crise econômica como a atual é possível vender um imóvel um pouco mais caro, se ele for sustentável, porque o consumidor está mais consciente sobre a questão ambi-

PH Freitas/CBIC



CBIC coordenou duas sessões temáticas: Desenvolvimento e Urbano

ental. Em São Paulo, por exemplo, a vigilância social tem feito moradores denunciarem para a imprensa o gasto excessivo com água nas construções, colocando-se como protagonistas com postura proativa na gestão do uso da água.

De acordo com as diretrizes presentes nas Normas, o controle de tempo de uso é um fator para a redução do consumo podendo ser obtido com a utilização de aparelhos de fechamento automático, sensores de presença ou outras tecnologias. Ou ainda o uso de dispositivos que limitam o volume em descargas sanitárias poderao ser um fator diferencial nesse controle.

Para as edificações novas, as ações com foco na conservação da água devem ser definidas no início do desenvolvimento do projeto do edifício, de modo que o projeto de arquitetura já contemple os espaços necessários e que toda a infraestrutura seja prevista no projeto dos sistemas prediais hidráulicos e elétricos. Já nos edifícios existentes é necessário avaliar, além das questões diretamente associadas à conservação de água, a viabilidade das obras civis eventualmente necessárias.

As normas também tratam da utilização de fontes alternativas em edificações, que merecem atenção especial porque carecem de sistemas adequados para garantir a qualidade da água a ser fornecida para prevenir os riscos de contaminação do meio ambiente e preservar, acima de tudo, a saúde do usuário. A utilização de fontes alternativas em edificações, se realizada em escala, pode trazer reduções significativas no consumo de água no nível municipal também. Os benefícios não são pontuais. Os ganhos são extensivos aos sistemas de abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgotos, reduzindo as pressões pela exploração de novos mananciais e a degradação de corpos hídricos

PH Freitas/CBIC



8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, no ultimo mês de março.

receptores de efluentes não tratados.

O trabalho da CBIC junto à ABNT é um esforço da entidade para que a indústria se adapte às novas regras e acompanhe as tendências internacionais. Parte desse esforço foi demonstrado no 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, no ultimo mês de março, quando a CBIC coordenou duas sessões temáticas: Desenvolvimento e Urbano.

A entidade trouxe exemplos trazidos por palestrantes da Colômbia, França, Índia, Coréia do Sul, Senegal e Austrália para compartilharem suas experiências na gestão hídrica. "Há grandes exemplos para serem implementados no Brasil", acredita Nilson Sarti, presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC, que ficou bastante impressionado com o trabalho da Coréia do Sul, onde a importância do consumo consciente da água desde a escola em aulas de educação ambiental.

O local de realização do Fórum não poderia ser mais adequado, uma vez que a capital federal está em racionamento há mais de dois anos. É também a primeira vez o fórum ocorre em um país do Hemisfério Sul e que tira o foco do debate nas inovações e novas tecnologias para discutir também as soluções para os países que enfrentam escassez de água.

Todo o esforço do setor da construção é uma significativa contribuição para impedir que a limitação de disponibilidade hídrica em algumas bacias hidrográficas, assim como o aumento dos adensamentos demográficos e do consumo per capita de água levem as cidades ao esgotamento hídrico.

Essa temática é de grande interesse para a CMA/CBIC, que desenvolve o projeto "Promoção e disseminação de gestão de recursos hídricos na indústria da construção", em correlização com o Senai Nacional.

ENIC DEBATE ENCARGOS TRABALHISTAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E LANÇA CARTILHA

A CARTILHA "ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL" PERMITE SABER O CUSTO DA MÃO DE OBRA, OBSERVANDO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Sérgio Lima/CBIC



Os economistas Daniel Furletti e Ieda Vasconcelos

Por conta dos encargos previdenciários e trabalhistas, o trabalhador custa bem mais do que o seu salário em qualquer ramo da economia. E essa realidade não é diferente na construção civil, que tem um setor intensivo de mão de obra. Preocupada com essa questão, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), debateu o tema "Encargos Previdenciários e Trabalhistas na Construção Civil – metodologia de cálculo", no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), durante painel do Banco de Dados, que aconteceu em Florianópolis/SC, entre os dias 16 e 18 de maio. Concomitantemente, lançou no encontro uma Cartilha com orientações sobre esses encargos, que apropria o custo da mão de obra no setor.

Para o coordenador sindical do Sindicato da In-

dústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) e coordenador do Banco de Dados da CBIC, Daniel Furletti, mais de 50% do custo da construção é relativo à mão de obra. Os encargos sociais incidem sobre essa parcela e acabaram sendo um adicional no custo das empresas. "Em janeiro de 2009, a mão de obra representava cerca de 44% do custo de uma obra. Atualmente esse custo passou para 57%", ressaltou.

Furletti destaca que os custos trabalhistas oneram muito o setor e que esses custos são provenientes da legislação trabalhista ou dos benefícios previstos nas convenções coletivas. Ele ainda destacou que vários fatores precisam ser levados em conta para a apuração dos encargos previdenciários e trabalhistas, como o *turnover* (rotatividade de pessoas). Furletti viu com bons

Sérgio Lima/CBIC



Fernando Guedes, presidente da CPRT/CBIC

olhos a criação da Lei 13.467/17, que entrou em vigor no ano passado e que trata da nova legislação trabalhista. “A lei deu um tratamento menos paternalista nas relações trabalhistas e isso foi um passo importante para se ter maior produtividade e mais eficiência da mão de obra nos setores produtivos”, concluiu.

LANÇAMENTO DA CARTILHA “ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL”

Dada à relevância do assunto, Daniel Furletti destacou a importância da cartilha durante o seu lançamento e disse que ela traz uma metodologia técnica que permite apurar o real custo da mão de obra no setor da construção civil, sem deixar de observar a legislação trabalhista.

Ieda Vasconcelos, assessora econômica do Sinduscon-MG e economista do Banco de Dados da CBIC, também participou do painel e destacou a relevância da cartilha. “Esse trabalho foi importante, porque permitiu mensurar e contabilizar qual é o tamanho desses encargos, além de mostrar o quanto eles são relevantes dentro da composição de custos na construção civil”, salientou.

Vasconcelos, que foi uma das responsáveis pela elaboração da referida publicação, junto com Daniel

Sérgio Lima/CBIC



Encargos Previdenciários e Trabalhistas são tema de painel do Banco de Dados

Furletti, destacou os resultados desse estudo, que foi realizado considerando a legislação vigente, impressionam pela sua relevância. Os encargos previdenciários e trabalhistas para as empresas de construção civil (sem considerar a desoneração da mão de obra) totalizam cerca de 130%. Ela ressaltou que, sobre esse número, ainda devem ser incorporados os benefícios estabelecidos nas diversas Convenções Coletivas de Trabalho como café da manhã, cesta básica, seguro de vida entre outros. De acordo com a economista, a cartilha foi desenvolvida pelo Banco de Dados em parceria com a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), que também faz parte da CBIC, e com a correalização do Sesi Nacional.

Para Fernando Guedes, presidente da CPRT, a cartilha vai unificar o segmento da construção civil no Brasil. “Num país tão heterogêneo e tão grande, em que as diferenças sociais e econômicas são tão acentuadas entre as regiões, ter uma cartilha com uniformização de critérios, onde os custos das indústrias serão apurados, é de fundamental importância para a política de relações trabalhistas”, frisou.

O Enic é considerado o maior evento do setor da construção civil na América Latina. O encontro foi promovido pelo CBIC e realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC).

PRODUTOS IMOBILIÁRIOS TÊM NA INFORMAÇÃO O SEGREDO PARA O SUCESSO

FOCO NO CONSUMIDOR, BOA ANÁLISE DE DADOS E FORMATAÇÃO JURÍDICA ADEQUADA TORNAM-SE, CADA VEZ MAIS, INDISPENSÁVEIS PARA O LANÇAMENTO DE EMPREENDIMENTOS COM MENOR RISCO

Rangel Amandio/ CBIC



Eduardo Prikladnitzki, sócio fundador da incorporadora Wikihaus, de Porto Alegre/RS.

“O mundo e o comportamento das pessoas estão mudando em uma velocidade tão grande que não temos mais aptidão para desenvolver produtos sozinhos”, afirma Eduardo Prikladnitzki, sócio fundador da incorporadora Wikihaus, de Porto Alegre/RS. Com essa visão, a empresa desenvolveu uma metodologia para ouvir pessoas a fim de colaborar na concepção de novos produtos. Como “fruto dessa inteligência coletiva”, foi lançado na capital gaúcha, em 2016, um *coliving* – hoje uma das principais tendências do mercado imobiliário – que foi sucesso de vendas. “Quanto mais próximos estivermos dos consumidores e mais estivermos observando as mudanças de comportamento, mais assertivos serão os produtos”, assegura.

Foi graças à adequada coleta e análise de informações e tendências junto aos consumidores que a Wikihaus conseguiu lançar com triunfo um produto inovador. Este

é sempre o objetivo que as empresas almejam ao colocar um novo empreendimento no mercado, entretanto, os desafios são enormes e somente agora os empreendedores estão enxergando os substanciais benefícios de ir atrás de mais dados para a tomada de decisões.

A incorporação imobiliária é uma atividade de longo prazo, o que traz seus riscos, conforme esclarece Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). “Do começo ao final de um empreendimento imobiliário, estamos falando de um ciclo de cinco a sete anos. E mesmo os empresários mais bem sucedidos costumam dizer que não se acerta 100% das vezes, então trata-se de uma atividade de alto risco”, relata. Para mitigar as ameaças e procurar “errar” menos, é necessário buscar informações de todas as fontes possíveis, visando adequar o produto ao mercado.

Rangel Amandio/ CBIC



Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC.

“O mercado imobiliário sempre foi muito pesado, complexo e tradicional; e as coisas estão mudando em uma velocidade tão rápida que até o nosso mercado vai acabar sendo impactado de forma bem significativa. O principal segredo para qualquer empresa é realmente a **CONEXÃO COM AS PESSOAS**, entender que elas são o futuro do consumo. O mercado imobiliário anda muito por tendências, olha o que está sendo lançado e replica. Está começando a cair a ficha de que temos que olhar menos para oferta e mais para o consumidor, porque isso traz mais assertividade para os resultados do empreendimento e possibilita encontrar inovações”. **EDUARDO PRICLADNITZKI**,

sócio fundador da incorporadora Wikihaus

Um tipo de informação, dos mais essenciais, que precisa ser obtido pelos empreendedores é quanto à formatação jurídica desses novos negócios imobiliários que estão surgindo, a fim de evitar adversidades pelo caminho. “Estamos passando por um momento de transformação, com o surgimento de novos produtos sem que haja ainda a criação de leis para regulamentá-los. Enquanto isso, esses produtos têm que ser criados de forma versátil, para que possam se adaptar a regulamentações futuras”, afirma o advogado Rodrigo Bicalho, sócio de um dos maiores escritórios de Direito Imobiliário do Brasil, o Bicalho e Mollica Advogados.

INFORMAÇÃO COLABORATIVA

Eduardo Prikladnitzki explica que existem dois tipos importantes e complementares de informação. O primeiro é para a compra de um terreno, com base em dados quantitativos macroeconômicos, como demanda e oferta; e o outro para o desenvolvimento do

Rangel Amandio/ CBIC



Painel: “A importância da informação para o sucesso do negócio”

produto, com conhecimento do perfil do consumidor. O empresário detalha a metodologia aplicada em sua empresa: “Normalmente, contratamos uma empresa de facilitação e trazemos para dentro do escritório pessoas que já moram em apartamentos com tipologias similares às que queremos conceber, para que possamos entender todas as dificuldades e necessidades que tenham para buscar soluções. Às vezes, as soluções acabam se tornando inovadoras”. Essa abertura maior para a participação dos consumidores na concepção de um produto e na sugestão de soluções resulta na chamada “informação colaborativa”, que pode levar a proposições surpreendentes não percebidas antes pelos gestores do negócio.

Para obter informações sobre os consumidores, atualmente existem diversas formas. O monitoramento de mídias sociais, a pesquisa de mercado, a colaboração (como tem feito a Wikihaus) e a observação de cases são algumas das opções. “A tecnologia aproximou todo mundo do conhecimento. Hoje, o grande desafio do gestor não é conseguir informação, mas saber analisar e organizar toda essa informação disponível”, aponta o empresário.

Devido ao setor da construção civil e, em particular, ao mercado imobiliário terem empresas muito grandes e muito pequenas, com maior ou menor acesso à tecnologia, cada uma precisa encontrar sua maneira de chegar a essas informações. Prikladnitzki aconselha: “A principal dica que se encaixa a qualquer incorporadora é a disciplina para buscar os dados, saber exatamente o que se quer, qual dor precisa ser resolvida e, de alguma forma (com ajuda externa ou interna), tentar criar uma metodologia apropriada para transformar isso em produto”.

Rangel Amandio/ CBIC



O advogado Rodrigo Bicalho, do Bicalho e Mollica Advogados

Celso Petrucci sintetiza a importância da informação para o sucesso de um negócio: “Desenvolver informações colaborativas, contar com empresas de inteligência de mercado e conhecer estruturas jurídicas e financeiras competentes servem para que os empresários, quando forem prospectar os empreendimentos, juntem o maior número de informações possíveis e somente partam para a aquisição de um terreno, com o desenvolvimento de um produto, quando estiverem bastante seguros ou quando tiverem a convicção de que aquele risco no negócio foi mitigado pela gama de informações capturadas antes de iniciar os investimentos”.

FORMATAÇÃO JURÍDICA

Com o desenvolvimento desses novos produtos imobiliários, também se torna indispensável obter informações de caráter jurídico. O advogado Rodrigo Bicalho igualmente acredita que está havendo uma transformação de costumes na sociedade. “Não se discute mais apenas a questão imobiliária, é uma questão que envolve aspectos culturais, sociais, tecnológicos e, em torno disso tudo, o espaço urbano. Dessa combinação, faz com que existam alguns produtos que não têm lei própria”, comenta.

Interessantes discussões jurídicas já são travadas em torno de alguns temas, como a natureza de um contrato de *coworking* ou a legalidade da limitação de locação e uso a estudantes, no caso de moradias estudantis. “Não existe, em nossa legislação, a previsão desses tipos de serviços e isso tem reflexos na questão contratual e tributária. O Poder Público também não sabe muito bem como agir, então vemos cidades que criam leis para restringir ou tributar de forma diferente”, elucida o advogado. Atualmente, já existem leis municipais

criadas e projetos de leis em tramitação. “A tentativa de regulamentação é bastante ampla”.

Bicalho indica ainda que, embora haja problemas com essas formatações jurídicas, o percentual é muito baixo: “Há operações ocorrendo com muito desenvolvimento, crescendo muito a cada ano, mas com um número de problemas ainda pequeno”. No entanto, o empresariado precisa estar atento a esses movimentos legislativos, porque, ainda que as leis organizem melhor as atividades, elas também podem cerceá-las. “O empresário tem que entender que está tratando com um produto complexo, o qual a legislação não prevê, e que, portanto, precisa ter uma regulamentação muito bem feita para tentar se antecipar e evitar os conflitos”, alerta.

Essa regulamentação deve ser feita pelo empreendedor com o suporte jurídico de seus advogados, que deve orientar, por exemplo, quanto à forma de elaborar o memorial de incorporação, a convenção de condomínio e os contratos de disponibilização desses espaços. “Esse público consumidor tem maior rotatividade, não cria raízes nesses espaços e é mais dinâmico. Tudo isso tem que estar previsto nas formas de contratação, que precisam ser menos formais e mais versáteis”, recomenda.

ÍNDICES NACIONAIS

Todas essas questões foram debatidas em painel da CII/CBIC durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), realizado na última semana, em Florianópolis/SC. Toda a programação da comissão no evento contou com o apoio do Senai Nacional, que também é correalizador do projeto “Índices do Mercado Imobiliário”, outra iniciativa da CII.

Esses índices compõem uma relevante informação que os empresários encontram ao seu dispor para balizar decisões, e, para fornecê-los, a CBIC conta com o apoio de todo o setor. “Tem outro lado da informação que é o que buscamos através de indicadores imobiliários Brasil afora. Como entidade representativa do setor, a CBIC tem a necessidade e a obrigação de obter o maior número possível de informações sobre o mercado, para saber quais são as tendências e poder subsidiar melhor nossos pleitos juntos aos governos municipais, estaduais e federal, assim como junto aos bancos e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia”, reforça Petrucci. Os índices são divulgados trimestralmente pela entidade e os resultados do primeiro trimestre de 2018 serão conhecidos na próxima segunda-feira, 28 de maio.

ABRANGÊNCIA E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DIFEREM PNL DE OUTROS PLANEJAMENTOS DO GOVERNO EM INFRAESTRUTURA, DIZ MEDAGLIA

EM PAINEL DA COP/CBIC, O SECRETÁRIO DO PPI INFORMOU QUE O PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA CONCLUIRÁ RELATÓRIO EM BREVE E PUBLICARÁ EDITAIS AINDA ESTE ANO

Fabrizio de Almeida



Carlos Eduardo Lima Jorge (presidente da COP/CBIC) e José Carlos Medaglia Filho (secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI)

O Plano Nacional de Logística (PNL), que até o fim do primeiro semestre terá um relatório final submetido aos órgãos reguladores e vários editais publicados ainda em 2018, difere-se de programas anteriores de planejamento de longo prazo “por sua abrangência e mecanismos de avaliação”, disse José Carlos Medaglia Filho, titular da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Ele participou do segundo dia de debates da Comissão de Infraestrutura (COP), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Senai Nacional, durante a realização do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis/SC.

“É muito mais que a divulgação de uma lista de projetos que o governo quer fazer, apontando quais são os gargalos, quais as soluções, qual é a viabilidade. É

mais profundo, abrangente e mais dinâmico. E vamos fazer reavaliação periódica”, explicou. “Além de apontar investimentos, prevê um acompanhamento sobre o que está se materializando”, insistiu. Tentativas pregressas, segundo o secretário, foram mal sucedidas por falta de interconexões e outras mazelas.

O PNL, realizado enquanto Medaglia esteve à frente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), até fevereiro deste ano, foi muito elogiado pelos presentes no segundo dia de atividades da COP, no 90º Enic. Ele destacou que uma precaução foi com a criação de mecanismos para dificultar o uso do viés político. “A vida de quem quiser eleger um empreendimento oportunista, sem justificativa do ponto de vista técnico, vai ficar muito mais difícil, pois será cobrado pela sociedade”, afirmou.

Fabrício de Almeida



José Carlos Medaglia (Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI)

Explicou que o PNL tem o objetivo de balizar futuras políticas e ações governamentais na área de infraestrutura, dispondo metas para 2025, 2035 e 2050. O objetivo do governo é colocar várias licitações na rua até o fim deste ano. “Cada projeto vai ter um cronograma próprio, apontando prioridade, viabilidade, valor e prazos”, nos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário, terminais portuários e aeroportos.

Preocupado em sentir a temperatura do setor produtivo, antes de partir para as concessões, o governo colocou o arcabouço do PNL em consulta pública, até 20 de abril. Foram mais de mil acessos e downloads, que geraram 443 contribuições, sendo 57% do setor privado e 43% do setor público, informou Medaglia, cuja equipe agora processa e incorpora as sugestões.

“As contribuições foram significativas, pedindo adequações em rodovias, já mapeadas no PNL, mas reiterando a importância de cada. E uma reclamação por disponibilidade de fretes em ferrovias, cuja capacidade de carga já estão esgotadas”, explicou. Foram apontados ainda alguns trechos de travessias urbanas como críticos, em modais rodoviário e ferroviário, com propostas de construção de anéis de acesso. Surpresa sobre o modal aquaviário, que recebeu 110 sugestões, principalmente direcionadas à expansão da navegação de cabotagem. Há interesse no transporte de cargas pela costa, onde temos poucos operadores”, salientou.

A prioridade do PNL é identificar os projetos viáveis, o que há de urgente para produzir efeitos até 2025, salientou Medaglia. “No setor de transportes e logística, a

correta escolha de prioridades e a implantação dos empreendimentos, de forma ágil, econômica e eficaz, são as questões centrais”, prossegue. Com o diagnóstico dos gargalos logísticos e as alternativas de solução, o PNL alinhou projetos estruturantes que poderão contribuir para a melhora do baixo desempenho da economia. “Em seguida, com as ferramentas desenvolvidas, será possível avaliar a viabilidade de implantação e simular os efeitos locais e sistêmicos de cada opção, sob os aspectos social, ambiental, econômico. Nesse sentido, o PNL vem, sim, suprir as necessidades de uma análise global, dotando o planejamento do sistema de transporte nacional de racionalidade e previsibilidade”, esclarece o secretário.

INVESTIMENTOS À VISTA

A busca de parcerias público-privadas (PPPs) é parte do processo, de forma a suprir a situação de escassez de recursos do governo para investimento em infraestrutura. “O PNL nos permite vislumbrar qual é a melhor relação entre investimentos e resultados”, continua Medaglia. E para conforto do investidor, o plano dá antecedência e divulga sua carteira. “Previsibilidade é tudo o que setor precisa”. Nesse sentido, ele antecipa que já existem fortes manifestações de investidores chineses, russos e europeus, de olho em leilões previstos para acontecer em 2018.

O PNL abarcou projetos do Programa Avançar Parcerias, aqueles em que já houve a decisão de aportar recursos e iniciar as obras. “Fazemos um estudo e, se as decisões foram corretas, as obras não serão interrompidas. Conseguimos validar mais de 50 projetos, em 174 listados. Metade já foi concluída. Também é possível vislumbrar os gargalos remanescentes, apontando a sequência de obras recomendadas para o período seguinte, e que requerem novas decisões”, afirmou o secretário do PPI.

A feitura do PNL gerou um imenso banco de dados, por aproveitar mapeamentos e estudos técnicos realizados por órgãos atuantes no passado, como o Geipot, sem limitar-se apenas a grandes projetos de infraestrutura. “Abrange toda a malha rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e dutoviária do País, e atenta para os pontos de estrangulamento, identificando os investimentos necessários para eliminá-los, sejam pequenas ou grandes intervenções”, explicou. Disse ainda que os dados coletados estão à disposição para consulta de interessados.

UMA NOVA FORMA DE EMPREENDER

FUTURO MODELO DE NEGÓCIOS EXIGIRÁ AÇÃO SOCIAL MAIS EFETIVA DOS CONSTRUTORES

Cristina Gallo/CBIC



Lala Deheinzeln, José Luiz Esteves e Ana Cláudia Gomes em palestra durante o 90º Enic

Mudanças drásticas estão ocorrendo e vão continuar a ocorrer, em diversos setores da economia, impondo ao mercado novas formas de negócios e de empreender. “Você hoje tem vários tipos de negócios mudando. Tem muitas rupturas. Ruptura no modelo de hotel, ruptura no modelo de transportes. O que as pessoas vão valorizar? Só o imóvel que entrego ou o que tem ali? Temos que começar a pensar como eu construo, que legado vou deixar, que valor agrego ao meu negócio”, alerta Ana Cláudia Gomes, presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Fasc/CBIC).

O assunto foi tratado pela futurista Lala Deheinzeln no painel “Futuro e novas economias aplicados à ação social e cidadania”, uma ação do projeto Desenvolvimento de Lideranças, projeto concebido pelo Fasc com correalização do Serviço Social da Indústria (Sesi), no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic),

promovido pela CBIC e realizado em Florianópolis, de 16 a 18 de maio, pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC).

Para Lala Deheinzeln, profissional renomada na América Latina, o mundo está numa revolução nunca vista na história da humanidade. E não tem volta. O estopim foi a internet, que conectou todo mundo em tempo real, produziu uma quantidade imensa de informações, criou novos negócios e está revolucionando a economia e a vida das pessoas. Num futuro próximo, prevê ela, o dinheiro não será mais medida de valor para a humanidade.

Outras formas de economia vão se impor. Segundo ela, a economia do futuro compreende quatro vertentes: economia criativa, baseada em valores intangíveis como cultura, linguagem e tudo que dá valor diferenciado ao produto; economia compartilhada, com o uso comum de infraestrutura, espaços, equipamentos e materiais;

Cristina Gallo/CBIC



Ana Cláudia Gomes, presidente do Fasc/CBIC.

economia colaborativa, caracterizada por uma gestão descentralizada e desburocratizada; a quarta é uma economia multivalores, baseada no conceito de que “recurso não é só moeda”, mas todos os conhecimentos. “É uma economia que trabalha com fluxo de recursos não monetários e com o objetivo de gerar resultados além do monetário”, explica.

São conceitos que, na previsão de Ana Cláudia Gomes, vão mudar o futuro da própria economia: “Vivemos um momento de muita competição e a gente acredita que o futuro, em função da internet, das tecnologias, de todas as transformações que estamos vivendo, é uma economia de compartilhar”. O novo modelo de negócio vai exigir uma ação social mais efetiva dos construtores, que não devem se limitar a construir um prédio, mas em alterar as condições da comunidade onde atuam: “O que você está deixando de legado para os usuários onde você constrói? Você está construindo só um prédio ou está transformando aquela comunidade? Está investindo na integração daquela comunidade de forma proativa?”.

Investimento sociais no entorno da obra agregam valor ao negócio. “Muitas empresas fazem investimentos sociais, algumas fazem de forma totalmente desconectada do seu negócio, outras já fazem de forma mais atrelada à estratégia da instituição”, comenta Ana Cláudia.

A MRV Engenharia, por exemplo, incorporou o investimento social privado em seus empreendimentos. “Vale a pena investir no social”, garante José Luiz Esteves da Fonseca, da MRV Engenharia, que apresentou no 90º Enic o caso de um empreendimento no município de São Gonçalo, um dos mais pobres do estado do Rio de Janeiro. Em frente havia um conjunto habitacional com 50 blocos mal conservados, sem rede de água pluvial na redondeza, e muitos desempregados, enquanto a empresa enfrentava

Cristina Gallo/CBIC



José Luiz Esteves da empresa MRV.

problema com a falta de mão de obra. Segundo José Luiz Esteves, a MRV, junto com o Serviço Social da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), promoveu cursos de qualificação para os desempregados e muitos deles foram aproveitados na obra.

“Às vezes levávamos trabalhadores de outros estados para trabalhar lá. Então, já que a gente tem esse custo de investimento, decidimos investir na questão social de qualificação profissional”, explica. Foram formadas 11 turmas, de 20 alunos cada, para o curso de pintor de parede, patrocinado pela empresa, Seconci, Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas (Abrafat) e Suvini/Basf.

Os alunos, que antes pintavam paredes na sala de aula do Seconci, aprenderam pintando suas próprias casas, e muitos foram contratados para trabalhar na construção. “O investimento social, com o entorno bem cuidado, com acessos bem cuidados, melhoria, é uma forma de valorizar nossos empreendimentos”, comenta José Luiz Esteves. Segundo ele, o empreendimento em São Gonçalo, concluindo em 2017, foi vendido em poucos dias.

“Apresentamos o caso no Enic para que outras construtoras, outros Seconcis comecem a pensar na questão social. Investir no social não é despesa, é investimento e dá certo”, afirma. Segundo ele, estratégia da empresa é estabelecer vínculo permanente na localidade onde atua: “Não adianta chegar, construir e ir embora. A gente quer chegar e permanecer”.

O projeto de São Gonçalo, segundo ele, será replicado em novos empreendimentos da empresa. Os custos das ações no entorno da obra, explica ele, são incluídos no orçamento do empreendimento como investimento, e não como despesa.

EXPEDIENTE:
Presidente da CBIC: José Carlos Martins

Coordenação: Doca de Oliveira

Edição: Ana Rita de Holanda, Doca de Oliveira e Renata Veríssimo

Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula

Equipe de reportagem e fotografia: Azelma Rodrigues/Jane Rocha/ Luciana Abade/Bruno Dantas/Gilson Euzébio/Sandra Bezerra/ Luiz Henrique/Fabício de Almeida/Rafaela Martins/ Elisete Pereira/Rangel Armandio/Cristina Gallo/Adriano Derbotoli /Sérgio Lima/Pedro Ladeira